



PONTÃO DE CULTURA
**ANCESTRALIDADE
AFRICANA NO BRASIL**
CENTRO CULTURAL ORÚNMILÁ

POVOS TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA

DE ONDE VIEMOS E PARA ONDE QUEREMOS IR



Parte 1:

Povos Tradicionais de Matriz Africana: de onde viemos e para onde queremos ir



(Título: Eu Sou Odùduwà /2020. Série: "Quem você é?"; Artista: Inátóbí)

MANIFESTO TRADIÇÕES DE MATRIZ AFRICANA CONTRA RACISMO

Somos **BANTU**: Angola, Congo, Congo-angola, Angola Paquetan, Kikonko, Kibundu, Ubuntu, Tchokwe, Kambinda, Muxicongo.

Somos **YORUBÁ**: Ketu, Nagô, Efan, Efon, Ijexa, Batuque, Ifá, Egungun.

Somos **FON**: Jeje, Jeje-fon, Jeje-mahi, Jeje-savalu, Jeje-dahome, Jeje-mina, Jeje-mussurumin.

Somos os **POVOS TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA**.

Saudamos aqueles que vieram antes de nós, saudamos nossos mestres e mestras, saudamos nossas autoridades e lideranças tradicionais, por abrirem os caminhos que trilhamos. E enalteçemos os mais novos, a garantia da continuidade, que ainda hão de abrir novos caminhos.

Sequestrados do continente africano para o Brasil, na condição de escravizados, nossos ancestrais trouxeram nas mentes e corpos sua ancestralidade, conhecimentos, tecnologias e valores civilizatórios próprios, os quais, preservados e recriados em território nacional, deram origem aos territórios tradicionais de matriz africana: Ilê, abassá, terreiro, egbe, nzo, roça, entre outros.

Sob constantes ataques, os territórios tradicionais de matriz africana abrigam nossos povos, em suas diversas variações e denominações. Em cada parte do país, representam o contínuo civilizatório africano.

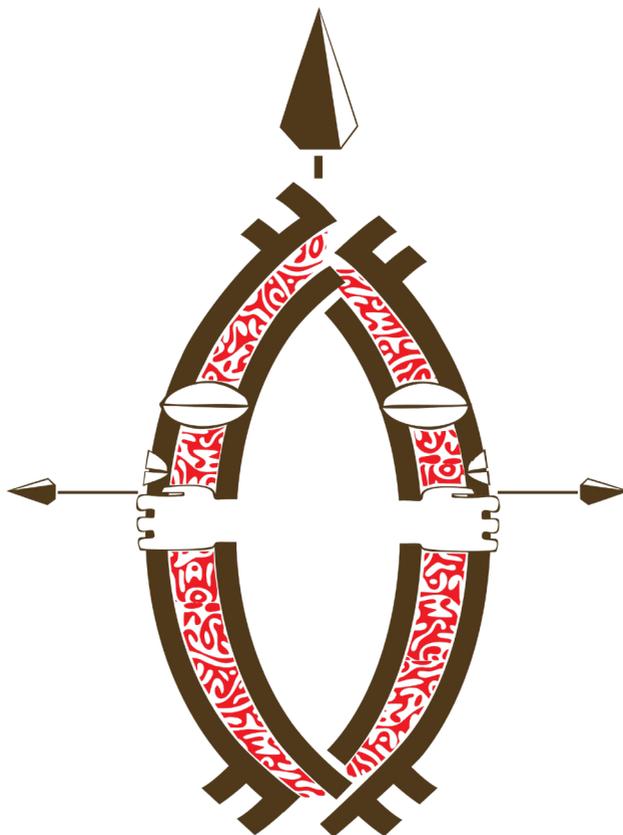
Nossas casas e comunidades são espaços culturais de preservação e disseminação da nossa ancestralidade.

Apesar do escravismo e do racismo, os princípios civilizatórios e a cosmovisão de matriz africana são difundidos e constituem a cultura brasileira.

Nossos territórios são berços de uma cultura de acolhimento, de trocas, e nossas hierarquias ensinam a disciplina necessária para um convívio coletivo, colaborativo e respeitoso.

Nós somos os povos tradicionais de matriz africana na luta pelo desenvolvimento de políticas públicas de Estado, pela garantia dos nossos direitos, dos nossos territórios e da nossa vida.

Conclamamos a sociedade em geral, os movimentos sociais e as instituições públicas e privadas a se engajarem na campanha Tradições de Matriz Africana Contra o Racismo!



Sumário

Apresentação da cartilha 7

Pontão de Cultura Ancestralidade Africana no Brasil 8

Povos Tradicionais de Matriz Africana 9

De onde viemos? 9

Povos Tradicionais de Matriz Africana no Brasil 12

Língua e oralidade 15

Princípios fundamentais das tradições de matriz africana 17

Senioridade 17

Ancestralidade 18

Alacridade 18

Circularidade 19

Lutas por direitos 20

Referências 28

Equipe Pontão de Cultura Ancestralidade Africana no Brasil 29



“Enquanto tocamos nossos tambores.
Nenhum capitão do mato calará a
nossa voz.”

Bàbá Paulo Ifatide Ifamoroti

APRESENTAÇÃO DA CARTILHA

Esta é a primeira de três partes da cartilha “Ancestralidade Africana no Brasil”, um material informativo e formativo para os povos tradicionais de matriz africana, com o objetivo de fortalecer nossas lutas contra o racismo, que nega nosso direito de ser e existir.

A primeira parte fala sobre a nossa trajetória, desde o sequestro dos nossos antepassados no continente africano, discute sobre a diversidade dos povos transladados para o Brasil, os processos de resistência em território nacional, as formas de organização política e as lutas por direitos, que resultaram na formação de territórios próprios, nos quais estão preservadas as cosmovisões, os idiomas, as tecnologias e conhecimentos que aqui chegaram nos corpos e mentes de africanos/as escravizados/as.

Na segunda parte, vamos refletir sobre a organização do Estado brasileiro. Apresentamos o modo como se formulam políticas públicas, como elas se ligam aos orçamentos e às formas de controle e participação social. Vamos apresentar algumas conquistas que tivemos na luta por direitos para o nosso povo, como o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana (2013), a Política Nacional Cultura Viva (2014) e o Plano Setorial de Cultura Afro-brasileira (2014).

A terceira e última parte traz informações sobre ferramentas para fortalecer a luta por direitos sociais e culturais dos Povos Tradicionais de Matriz Africana. Serão apresentados alguns dados já produzidos em mapeamentos e diagnósticos, bem como contatos estratégicos de canais e instituições que podem ser acionados na luta por direitos.

Esperamos que essa cartilha seja uma ferramenta útil na defesa dos nossos territórios e das nossas tradições de matriz africana.



PONTÃO DE CULTURA ANCESTRALIDADE AFRICANA NO BRASIL

O Pontão de Cultura Ancestralidade Africana no Brasil tem como objetivo preservar, promover e valorizar as tradições de matriz africana, como estratégia para combater o racismo.

É uma iniciativa do Centro Cultural Orunmilá – Ponto de Cultura Ile Lati Ede Dudu, em parceria com mais 07 pontos de cultura espalhados por todas as regiões do país. São eles:

- ▶ Ponto de Cultura Centro Cultural Coko de Umbigada, Olinda/PE;
- ▶ Ponto de Cultura ÀGÒ LÒNÀ, São Paulo/SP;
- ▶ Ponto de Cultura Associação do Culto Afro-Itabunense – ACAI, Itabuna/BA;
- ▶ Ponto de Cultura Ação e Tradição, Planaltina/DF;
- ▶ Ponto de Cultura Tambores da Igualdade, Carazinho/RS;
- ▶ Ponto de Cultura Jovens Pesquisadores, Pradópolis/SP;
- ▶ Ponto de Cultura Mocambo Cultural – Rede de Coletivos de Artistas e Articuladores Negros, Porto Velho/RO.

O Pontão de Cultura Ancestralidade Africana no Brasil foi contemplado pelo Edital de Seleção Pública do Ministério da Cultura nº 09/2023 Cultura Viva – Fomento à Pontões de Cultura/A Política de Base Comunitária Reconstruindo o Brasil, do Ministério da Cultura.

POVOS TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA

De onde viemos?

Nossos ancestrais e antepassados vieram da África, um continente atualmente composto por 54 países. Nesse vasto território, os povos africanos se organizavam em sociedades, impérios e reinos, muitos dos quais são amplamente reconhecidos, como os Impérios de Gana, Mali, Oyo, Songhai, além dos reinos de Daomé, Matamba, Congo, Jaga, Lunda, Zulus, entre outros.

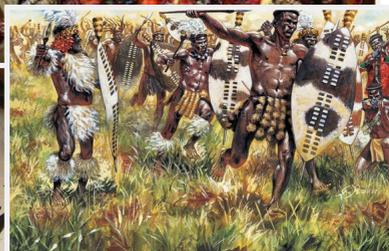
Guerreiros Império Oyo / gravura / Fontes: Cuiabá



Guerreiros do Daomé / Fonte: Folha Uínia



Entrada do Palácio de Oyo / Crédito: Silvano Euclênio



Guerreiros Império Zulu / Fonte: Gravura Africanizando



Reino do Congo: Rei e Guardas Redais / Fonte: reprodução (Love África)



Reino de Kush / Fonte: Wikimedia Commons

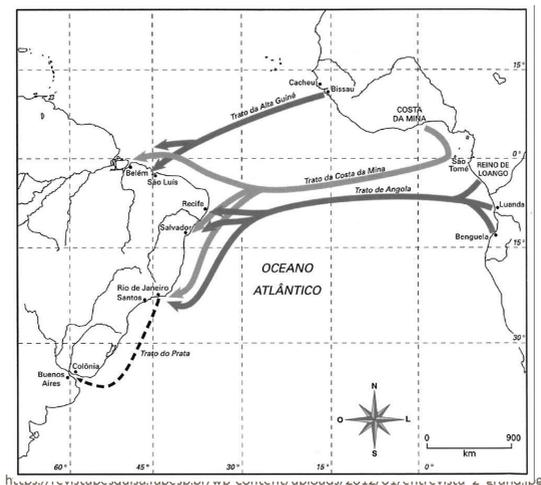
Há mais de 500 anos, os europeus iniciaram um processo de invasão e exploração do continente africano, motivados pelo desejo de acumular terras e riquezas. Esse objetivo deu origem ao maior crime contra a humanidade: o tráfico de pessoas, no qual milhões de africanos foram arrancados de suas terras, forçados a atravessar oceanos e submetidos ao trabalho escravo.

Nossos antepassados eram de diferentes povos – iorubá, fon, ijexá, grunci, bantu, ewé, egbá, jeje, savé, quicongo, quimbundo, haussá, mahi, bacongo, avimbundo, maconde, mandinga, fula, tchokwe, e tantos outros. Foram arrancados de seus territórios, separados de suas famílias, obrigados a adotar nomes cristãos, e proibidos de falar suas próprias línguas, em uma tentativa brutal de apagar seu pertencimento e suas identidades.

Essas pessoas, tratadas como mercadorias, foram forçadas a trabalhar exaustivamente, sob condições desumanas. Foram mantidas acorrentadas, sob ameaças e castigos diversos, privadas de descanso adequado, alimentação e moradia dignas.

O sistema escravista criminoso perdurou oficialmente nas terras brasileiras por quase 400 anos. Entre 1502 e 1856, cerca de 11 milhões de africanos e africanas sobreviveram à travessia até as Américas. Desse total, aproximadamente 5 milhões de pessoas

foram trazidas para o Brasil, representando uma enorme diversidade de línguas, culturas e tradições.



Proibidos de viver segundo as tradições de seus povos, os/as africanos/as escravizados/as desenvolveram formas de preservar e transmitir suas culturas de maneira resiliente e engenhosa. Em locais escondidos, reuniam-se para falar suas línguas maternas, compartilhar histórias ancestrais e relembrar as tradições que os ligavam às suas raízes. Em segredo, cantavam, dançavam, compartilhavam conhecimentos e tecnologias, e ritualizavam suas origens e seus destinos, mantendo viva a conexão com sua ancestralidade.

Assim, mesmo sob repressão, mantiveram espaços de resistência cultural, onde a memória e a espiritualidade de seus antepassados foram preservadas. Nessa convivência forçada, pessoas pertencentes a diferentes povos se uniram para que não esquecessem de onde vieram. Como é comum ao longo da história, tradições foram sendo transformadas e, nesse processo de resistência, seguimos fortes até os dias de hoje.

POVOS TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA NO BRASIL

Com muita luta e determinação, construímos e consolidamos nossos territórios, onde podemos viver e expressar nossas tradições. Em cada canto do Brasil, aproveitamos o conhecimento acumulado e preservado pelos mais velhos e pelas mais velhas, que sempre foram guias no processo de adaptação às novas realidades, tão diferentes daquelas vividas na África. Com o passar do tempo, ajustamos nossas práticas e modos de vida, criando 'pequenas áfrias' no processo de resistência cultural.

Esses territórios tornaram-se refúgios de resistência contra as inúmeras formas de violência sofridas pela descendência africana no Brasil, desde os tempos de escravidão. Ao longo de gerações, resistimos bravamente às perseguições e tentativas de aniquilamento, mantendo nossa identidade cultural.

Entre perdas e continuidades, atualmente é perceptível a presença de três principais matrizes africanas como constituintes da





Entre perdas e continuidades, atualmente é perceptível a presença de três principais matrizes africanas como constituintes da cultura nacional, Bantu, Yorùbá, e Fon.

Nossa ancestralidade nos legou formas próprias de interpretar o mundo, de educar as crianças, de respeitar e ouvir os mais velhos, de tomar decisões coletivas, de resolver desafios e acolher quem chega. Cultivamos uma relação profunda com a natureza e com os alimentos que nos sustentam.

Preservamos e reinventamos práticas de cuidado com a saúde e o corpo, desenvolvendo e transmitindo conhecimentos sobre plantas, animais e preparo dos alimentos. Continuamos a construir e cultivar nossas casas e quintais, espaços que simbolizam o nosso jeito de viver.

Temos tradições ricas e diversas para edificar, cuidar, pensar, celebrar, cantar, tocar, dançar e vestir. Nossa reverência aos ancestrais permanece viva e forte.

Vivemos em territórios tradicionais, que recebem diferentes nomes, como “terreiros”, “roças”, “ilês”, “nzo”, “abassá”, “egbé”, entre outros. Em cada um desses espaços, preservamos e praticamos nossos valores, tecnologias e conhecimentos tradicionais, mantendo a chama viva do que nos foi transmitido pelos antepassados que aqui chegaram na condição de escravizados.

Em cada canto desses territórios, ecoam as vozes dos nossos ancestrais, e ali, com luta e resistência, honramos nossa herança e nossa história.

Nesses territórios, nós vivemos como povos tradicionais de matriz africana!

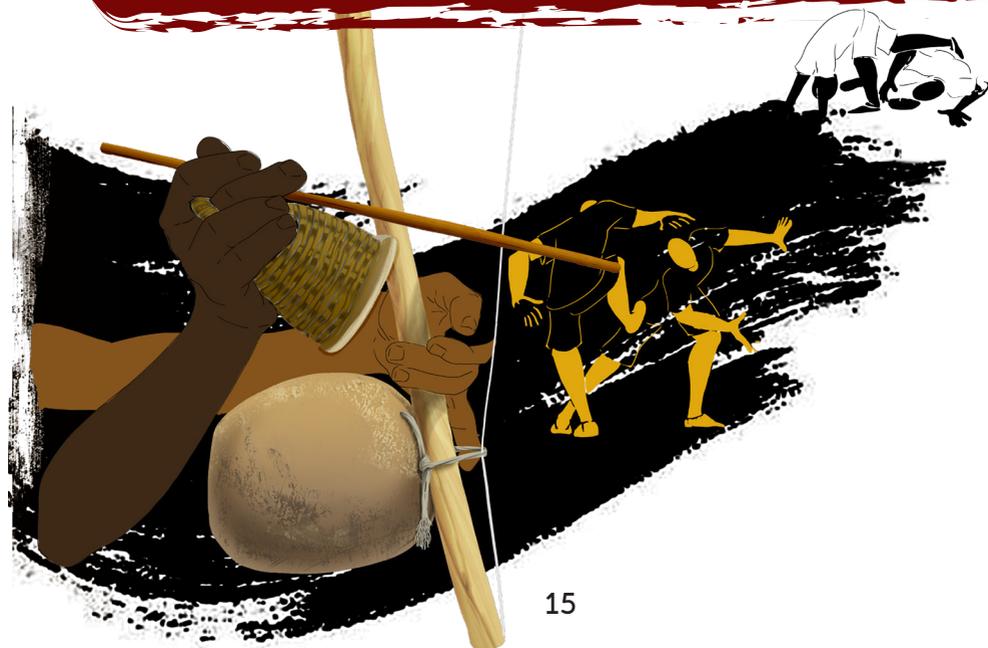


Língua e oralidade

Diversas foram as línguas que nossos ancestrais trouxeram consigo: Yorubá, Kikongo, Kimbundo, Kioko, Umbundo, Ewe-Fon. Em nossos territórios, esses idiomas permanecem vivos e pulsantes – manifestam-se nos cumprimentos, provérbios, músicas, cânticos, e até nos nomes atribuídos às pessoas, alimentos, ferramentas, plantas e elementos do cotidiano. A influência dessas línguas é profunda e marcante, e, ainda que muitas vezes imperceptível, moldou o próprio português falado no Brasil.

'A escrita é uma coisa, e o saber, outra. A escrita é a fotografia do saber, mas não o saber em si. O saber é uma luz que existe no homem. A herança de tudo aquilo que nossos ancestrais vieram a conhecer e que se encontra latente em tudo o que nos transmitiram, assim como o baobá já existe em potencial em sua semente.'

Tierno Bokar



Apesar de hoje termos nossos registros em livros, a oralidade é fundamental da nossa cultura, e a palavra falada possui muito valor. A transmissão de conhecimento ocorre sobretudo através do diálogo, do convívio e da observação dos mais velhos. Por meio da oralidade, asseguramos que a memória de nossa história, nossos antepassados e nossa ancestralidade siga viva. Em nossas tradições, a palavra carrega força vital, o ófo, o encantamento através da palavra.



PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DAS TRADIÇÕES DE MATRIZ AFRICANA

Senioridade

Nos movimentamos entre o passado e o futuro para educar e formar o presente. Nossos mais velhos são nossa fonte de conhecimento e a quem devemos reverência e respeito. Ao contrário da visão geral da sociedade, nossos mais velhos não são pessoas ultrapassadas, são detentores de sabedoria que servem de exemplo à sociedade brasileira e aos mais novos.

Temos um modelo próprio e integrado de cuidados e educação que valoriza a relação mútua e horizontal entre velhos e novos. Os mais velhos ensinam, mas também aprendem com os mais novos.





Ancestralidade

A nossa ancestralidade nos enraíza no presente. Ela é vivida e lembrada nos nossos nomes tradicionais, nos cumprimentos e de tantas outras formas. A ancestralidade é parte da nossa vida cotidiana e a celebramos nos nossos corpos, no espaço territorial, por meio de objetos, alimentos, cantos, danças, ritos, e na forma como nos relacionamos entre nós e com a natureza.

Alacridade/Alegria

Trata-se de uma disposição alegre, pronta e enérgica para agir, é um valor fundamental que não se explica, mas que se vivencia. em um contexto histórico marcado por desafios e lutas por direitos, a capacidade de resposta com prontidão, entusiasmo e determinação é uma ferramenta poderosa no combate ao racismo.

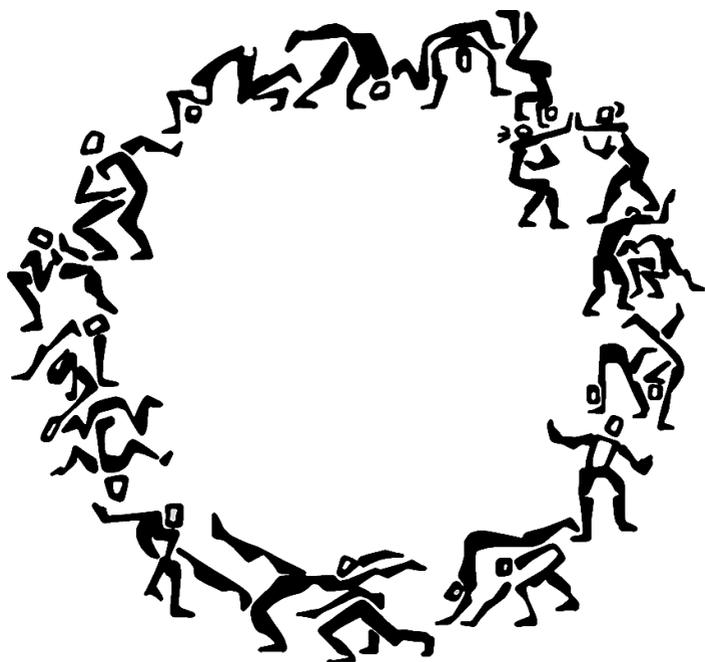
Nas tradições de matriz africana, a alacridade se manifesta na forma de união, criatividade e ação estratégica diante das adversidades. Ela está presente nas rodas de conversa, na dança, no canto, na alimentação, na indumentária, no idioma, na cosmovisão, nas iniciativas culturais e no protagonismo de lideranças que inspiram e mobilizam as suas comunidades.

É também um compromisso com a ancestralidade, e uma estratégia para o fortalecimento da identidade e a preservação da memória. A memória é mantida através dos mitos, e revivida nos ritos.

Circularidade

A ideia de circularidade é fundamental em nossa visão de mundo, onde começo e fim, nascimento e morte, são entendidos como pontos de um ciclo eterno de existência. Esse princípio permite nossas práticas e representa um modo de organização sociocultural em que todos, independentemente de idade ou posição, têm o direito de participar. Nossa circularidade é espiralar, impulsionando o futuro com as lições do passado.

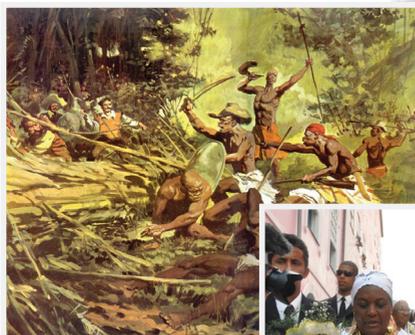
A relação com o meio ambiente é parte essencial desse ciclo; consideramos o ambiente como igual a nós, por isso ele é sagrado. Por exemplo, uma árvore é um ser vivo e deve ser preservada e respeitada igualmente, tem os mesmos direitos que qualquer pessoa. Pela circularidade, nutrimos trocas entre seres humanos e o meio ambiente.



LUTAS POR DIREITOS

Desde a chegada forçada no Brasil, nossos ancestrais enfrentaram enormes desafios na busca pela sobrevivência e para a manutenção das suas tradições. Foi necessária muita organização para resistir à violência do sistema escravocrata e ao racismo, e diferentes estratégias foram adotadas – fugas, revoltas e rebeliões, irmandades, entre outras.

Houve também a formação de territórios de resistência, como os quilombos e as comunidades tradicionais de matriz africana, onde se preservaram a cultura e se constituíram formas próprias de viver. Verdadeiros espaços de liberdade e também de preservação e transmissão de conhecimentos.



A GUERRA DE PALMARES
Crédito: OLEO DE MANUEL VITOR, 1955



LUTAS NEGRAS
Fonte: Arquivo Público



SÃO PAULO DO BONFIM
Foto: Elza Barreto - Caloures Ba



MARCHA DAS MULHERES NEGRAS
Fonte: BLOQUEIRASNEGRAS.ORG



MARCHA DA CONSCIÊNCIA NEGRA
Crédito: Rovera Rosa/Agência Brasil

O escravismo colonial criminoso foi mantido oficialmente e legalmente no Brasil por quase 4 séculos, gerando um movimento persistente de lutas por liberdade, o abolicionismo.

Há que se considerar que os nossos processos de luta e resistência começaram desde que o primeiro africano e a primeira africana aqui foram aportados/as na condição de escravizados/as e, aos poucos, o sistema escravocrata começou a ruir.

Existe a narrativa histórica que atribui à Princesa Isabel a abolição da escravidão, com a assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1988. Entretanto, a Lei Áurea foi assinada num momento em que o sistema escravocrata já não se sustentava, seja pelos interesses do capitalismo nascente seja, principalmente, pelas lutas e estratégias das pessoas escravizadas, de negros libertos e aliados abolicionistas. Para se ter uma ideia, o Brasil foi o último país das Américas a formalizar o fim da escravidão. E quando a Lei Áurea foi assinada, apenas 5% da população negra no país ainda estava submetida ao escravismo. As demais pessoas já haviam conquistado a liberdade, através de leis anteriores e, especialmente, dos processos próprios de luta já citados.

O texto da Lei Áurea é composto por dois artigos:

“Art. 1º É declarada extinta desde a data desta Lei a escravidão no Brasil”.

“Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário”.

Percebam que a lei não inclui qualquer dispositivo que garantisse a real emancipação de uma população escravizada por séculos. Não houve, naquele momento, qualquer tipo de indenização ou de ação afirmativa para reverter os resultados perversos do escravismo criminoso.

Na prática, a assinatura da lei foi um gesto simbólico, um reconhecimento da falência absoluta do sistema escravocrata, não trouxe melhorias significativas para a vida das pessoas recém-libertas, a maioria das quais, sem oportunidades reais, foram mantidas em condições de trabalho análogos ao da escravidão.

Muito pelo contrário, quanto mais o processo abolicionista avançava, mais o Estado e o Parlamento brasileiros investiam e criavam possibilidades para a vinda de imigrantes europeus para o Brasil.

Como libertos, a mão-de-obra negra era indesejada, não por incapacidade ou falta de preparo, mas pelo racismo e por um projeto de extermínio da população negra e de branqueamento da sociedade brasileira.

“Atrás do muro da noite
Sem que ninguém o perceba
Muitos dos meus ancestrais
Já mortos há muito tempo
Reúnem-se em minha casa
E nos pomos a conversar
Sobre coisas amargas
Sobre grilhões e correntes
Que no passado eram visíveis
Sobre grilhões e correntes
Que no presente são invisíveis
Invisíveis mas existentes”

(Trecho do poema 'protesto', de Carlos Assumpção)



Em 1911, no Congresso Universal da Raças, ocorrido em Londres, o representante do governo brasileiro, João Batista de Lacerda, apresentou um artigo no qual afirmava que em 2012, cem anos depois, a população brasileira seria composta por 80% de brancos, 3% de mestiços e 17% de indígenas, sem negros.

Nesse mesmo tempo, o parlamento brasileiro reforçava o projeto de extermínio da população negra e de aniquilamento das tradições de matriz africana, criando leis que criminalizavam nossas práticas culturais e formas de viver, consideradas contrárias à ordem pública, à moralidade e ao desejo de construção de um país europeizado.

É como diz a letra do samba, escrito em 1938 por Nilton Campolino e Tio Hélio, que ficou famoso na voz de Zeca Pagodinho:



*Delegado Chico Palha
Sem alma, sem coração
Não quer samba nem curimba
Na sua jurisdição*

...

*Era um homem muito forte
Com um gênio violento
Acabava a festa a pau
Ainda quebrava os instrumentos
Ele não prendia
Só batia*



*Os malandros da Portela
Da Serrinha e da Congonha
Pra ele eram vagabundos
E as mulheres sem-vergonhas*

...

Mas nós ainda estamos aqui, e somamos 56% da população brasileira. Nossas tradições estão vivas e pulsantes na cultura nacional. E continuamos em luta por direitos, pela vida, por nossos territórios e pela nossa ancestralidade.

No século 20, nossas lutas e organizações impulsionaram o aprimoramento da democracia, dos processos de inclusão e garantia de direitos. O Movimento Social Negro, passou por várias fases e marcos importantes, refletindo mudanças nas demandas e estratégias de ação de acordo com o contexto político e social. Nossos territórios tradicionais sempre foram espaços importantes para a articulação, mobilização e formação política do povo negro.



FRENTE NEGRA BRASILEIRA / Fonte: Biblioteca Digital Luso-brasileira

A Frente Negra Brasileira, criada em 1931, lutava pelos direitos da população negra, tendo filiais em vários estados. Tornou-se partido político em 1936, e foi extinto em 1937, na ditadura do Estado Novo.



TEATRO EXPERIMENTAL DO NEGRO / Fonte: Teatro na Escola

O Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado em 1944 por Abdias do Nascimento, foi uma das iniciativas mais importantes para o movimento negro no Brasil e um marco na valorização e representação da cultura afro-brasileira. A proposta inicial do TEN era que a cultura e a arte negra ganhassem visibilidade no cenário nacional e fossem protagonizadas por artistas negros. Entretanto, o TEN cresceu e passou a mobilizar outras frentes, criando jornal, cursos de formação, encontros, entre outras iniciativas que influenciaram as organizações negras dali para frente.



MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO / Fonte: mnubahia.com.br

Em 1978 foi fundado o MNU, Movimento Negro Unificado, que propôs uma agenda ampla de reivindicações para a defesa dos direitos da população negra, e que está atuante até os dias atuais.

Podemos dizer que avançamos. Marcos legais foram criados, declarando a igualdade de direitos. O processo de elaboração da Constituição de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, foi marcado por mobilizações e debates sobre a questão racial no Brasil, resultando em avanços importantes.

Alguns desses avanços se refletem na criação de leis como a que define os crimes resultantes de preconceito de raça e cor (Lei 7.716/1989 e Lei 14.532/2023), a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira (Lei 10.639/2003), o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010), a implementação das cotas raciais no ensino superior (Lei 12.711/2012) e nos concursos públicos (Lei 12.990/2014) e a criação de feriado nacional no dia da Consciência Negra, no 20 de novembro (Lei 14.759/2023).

Outros marcos legais defendem o direito ao modo de vida de povos tradicionais de matriz africana, como o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana (Decreto 8.750/2013). Nas próximas partes de nossa cartilha falaremos mais sobre marcos legais e políticas públicas.

Nós continuamos em luta. Grandes mobilizações como a Marcha Zumbi dos Palmares (1995), a Marcha Zumbi + 10 (2005), a Marcha das Mulheres Negras (2015), são marcos importantes na luta contra o racismo.

Nós continuamos em luta. Grandes mobilizações como a Marcha Zumbi dos Palmares (1995), a Marcha Zumbi + 10 (2005), a Marcha das Mulheres Negras (2015), são marcos importantes na luta contra o racismo.

Negros e negras se organizaram de diferentes maneiras para garantir ações afirmativas, defender seus territórios, sua cultura e sua memória. Organizações assistenciais, recreativas, artísticas, culturais ou políticas têm se proliferado país a fora.

Mas o racismo segue, se sofisticando, tentando negar o nosso direito de ser e existir. No processo de violência contra toda a população negra no país, várias estratégias de apagamento da nossa história foram implementadas com objetivo de esquecermos de onde viemos e quem somos. Territórios têm sido depredados, crianças, jovens e idosos de matriz africana têm sofrido agressões verbais e físicas, sem que o Estado e a sociedade se mobilizem em nossa defesa. Basta!



Percebendo que nós seguíamos vivos e fortes na nossa cultura, tradição e com a nossa ancestralidade, tentaram nos reduzir a uma religião. Não entendiam eles que nosso sagrado está no nosso cotidiano e não apenas em uma prática religiosa. Nossa maneira de nos relacionarmos com o sagrado é parte de nossa maneira de nos relacionarmos com o meio ambiente, de educarmos nossas crianças, de vivermos em um território, de transmitirmos conhecimento entre gerações. Nossos ancestrais vieram de África e sobreviveram porque não abandonaram o que era sagrado para eles. E nós estamos aqui, até hoje, orientados por esses princípios repassados de geração em geração.

Nós somos povos tradicionais de matriz africana e queremos e devemos ser assim reconhecidos pela sociedade e, especialmente, pelo Estado brasileiro para que nosso direito de existir enquanto povo e nossa garantia de acesso e uso aos nossos territórios tradicionais sejam respeitados.



Referências

Parte 1

História geral da África

<https://ipeafro.org.br/gratuito-historia-geral-da-africa-em-8-volumes-7357-paginas-em-pdf/>

Vídeos

PONTÃO DE CULTURA ANCESTRALIDADE AFRICANA NO BRASIL

<https://youtu.be/513TjxKJhfU>

CAMPANHA TRADIÇÕES DE MATRIZ AFRICANA CONTRA O RACISMO

<https://youtu.be/G3F3YLLpNLE>

FRENTE NEGRA BRASILEIRA

<https://acervo.cultne.tv/movimentos-sociais/militancia-negra/316/frente-negra-brasileira>

TEATRO EXPERIMENTAL DO NEGRO

<https://acervo.cultne.tv/movimentos-sociais/militancia-negra/188/abdias-do-nascimento/video/2033/teatro-experimental-do-negro-abdias-nascimento>

POVOS TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA: BANTU, FON E IORUBA

Aula 1: <https://www.youtube.com/watch?v=ZHaeO4dGIYI&t=14s>

Aula 2: <https://www.youtube.com/live/LEVfFvuWHKY>

Aula 3: <https://www.youtube.com/watch?v=BcqsThvaolu>

ANCESTRALIDADE - MAKOTA VALDINA

<https://www.youtube.com/watch?v=N9l4diwjRbU>

CRIMINALIZAÇÃO DOS POVOS TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA. RACISMO ESTRUTURAL

<https://www.youtube.com/watch?v=ng5Dc00E2No&list=PLfdaX91cj9uwlGoOZ0b-20tzQyBcCbyOk&index=1>

Equipe Pontão de Cultura Ancestralidade Africana no Brasil

Coordenação

Bàbà Paulo Ifatide
Silvany Euclênio
Paula Oyarinu
Renata Sangoranti
Luana Arantes
Carolina Höfs

Comitê Gestor

Bábà Paulo Ifatide
Mãe Beth de Oxum
Bábà Joel de Osàgíyan
Bábà Pedro Inatobi
Pai Lula Dantas
Iyá Carmen Holanda
Professor Francisco das Chagas
Ney Souza



“A ancestralidade é a nossa via de identidade histórica. Sem ela, não sabemos o que somos e nunca saberemos o que queremos ser!”

Bàbá Paulo Ifatide Ifamoroti



Parceira:



Realização:

